
**Angico Energias
Renováveis S.A.**
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019
e relatório do auditor independente





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Angico Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Angico Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Angico Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Angico Energias Renováveis S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Angico Energias Renováveis S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 30 de abril de 2020

Priscilla
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Viracius
Viracius Ferreira Britto Rêgo
Contador CRC 1BA024501/O-9

Angico Energias Renováveis S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	2019	2018	Passivo	2019	2018
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	11.764	4.832	Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	3.398	335
Contas a receber (Nota 8)	4.381	2.205	Passivos de arrendamento (Nota 14)	153	
Impostos a recuperar	7	6	Fornecedores (Nota 12)	4.339	13.476
Adiantamentos a fornecedores	29	73	Salários e encargos sociais		158
Despesas antecipadas (Nota 9)	164	83	Obrigações tributárias (Nota 15)	620	340
	<u>16.345</u>	<u>7.199</u>	Dividendos	1.457	
			Conta de ressarcimento CCEE (Nota 16)	795	2.503
			Partes relacionadas (Nota 10)	140	
				<u>10.902</u>	<u>16.812</u>
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	76.676	64.857
Caixa restrito (Nota 7)	2.570	1.964	Passivos de arrendamento (Nota 14)	2.547	
Partes relacionadas (Nota 10)	5.348		Partes relacionadas (Nota 10)		1.034
Imobilizado (Nota 11)	123.342	122.598	Conta de ressarcimento CCEE (Nota 16)		212
Intangível	85	88		<u>79.223</u>	<u>66.103</u>
	<u>131.346</u>	<u>124.650</u>	Total do passivo	90.125	82.915
			Patrimônio líquido (Nota 17)		
			Capital social	52.888	52.888
			Reserva legal	307	
			Prejuízos acumulados		(3.954)
			Reserva de lucros	4.370	
				<u>57.565</u>	<u>48.934</u>
Total do ativo	147.690	131.849	Total do patrimônio líquido	57.565	48.934
			Total do passivo e do patrimônio líquido	147.690	131.849

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Angico Energias Renováveis S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Operações continuadas		
Receita líquida (Nota 18)	21.947	5.714
Custos de operação (Nota 19)	<u>(5.709)</u>	<u>(1.347)</u>
Lucro bruto	<u>16.238</u>	<u>4.367</u>
Despesas gerais e administrativas (Nota 20)	<u>(1.835)</u>	<u>(7.223)</u>
Lucro (prejuízo) operacional	<u>14.403</u>	<u>(2.856)</u>
Receitas financeiras (Nota 21)	271	216
Despesas financeiras (Nota 21)	<u>(3.906)</u>	<u>(1)</u>
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	<u>(3.635)</u>	<u>215</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	<u>10.768</u>	<u>(2.641)</u>
Imposto de renda e contribuição social (Nota 22)	<u>(680)</u>	<u>(151)</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	<u>10.088</u>	<u>(2.792)</u>
Lucro (prejuízo) por ações do capital social no fim do exercício – R\$	<u>13,97</u>	<u>(5,28)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Angico Energias Renováveis S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	<u>10.088</u>	<u>(2.792)</u>
Outros componentes do resultado abrangente	<u> </u>	<u> </u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>10.088</u></u>	<u><u>(2.792)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Angico Energias Renováveis S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Lucros (prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 1° de janeiro de 2018	<u>22.794</u>			<u>(1.162)</u>	<u>21.632</u>
Aumento de capital	30.094				30.094
Prejuízo do exercício				(2.792)	(2.792)
Em 31 de dezembro de 2018	<u>52.888</u>			<u>(3.954)</u>	<u>48.934</u>
Lucro do exercício				10.088	10.088
Reserva legal (Nota 17)		307	4.370	(4.677)	
Dividendos (Nota 17)				(1.457)	(1.457)
Em 31 de dezembro de 2019	<u>52.888</u>	<u>307</u>	<u>4.370</u>	<u>(1.457)</u>	<u>57.565</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Angico Energias Renováveis S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>10.768</u>	<u>(2.641)</u>
Ajustes de		
Juros e variações monetárias	3.582	3
Depreciação e amortização	3.919	960
Variações de ativos e passivos		
Clientes	(2.176)	(2.205)
Impostos a recuperar	(1)	(6)
Adiantamento a fornecedores	44	(40)
Despesas antecipadas	(81)	384
Contas de ressarcimento - CCEE	(1.920)	2.715
Fornecedores	(9.137)	(19)
Salários e encargos sociais	(158)	153
Obrigações tributárias	280	283
Passivos de arrendamento	2.700	
Outras obrigações		(11)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	<u>7.820</u>	<u>(430)</u>
Juros pagos	(3.117)	(3)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(680)	(151)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>4.023</u>	<u>(584)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Caixa restrito (Nota 7)	(606)	(1.964)
Aquisições de bens do ativo imobilizado (Nota 11)	(4.660)	(89.450)
Concessão de empréstimos a pessoas ligadas	(5.348)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(10.614)</u>	<u>(91.149)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital		30.094
Captação de empréstimos com pessoas ligadas	(894)	929
Captação de empréstimos e financiamentos (Nota 13)	17.119	65.192
Pagamento de fiança	(2.702)	
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>13.523</u>	<u>96.215</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	<u>6.932</u>	<u>4.212</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.832	620
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11.764	4.832

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seção A - Informações gerais

1. Contexto operacional

A Angico Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), é uma sociedade empresária anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 23 de dezembro de 2015, mantendo-se sem movimentação até 2016. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica Angico Energias Renováveis S.A., e a geração de energia proveniente do referido empreendimento.

A Companhia recebeu o primeiro aporte de capital em junho de 2017. Em dezembro de 2017 registrou Ata Extraordinária para abertura de filial no município de Malta-PB, com o objetivo de viabilizar a operacionalização da construção do empreendimento.

O empreendimento iniciou suas operações em setembro de 2018 com a finalização da construção da usina fotovoltaica.

Em 20 de agosto de 2019, através de Assembleia Geral, a Companhia foi transformada em sociedade anônima e atualmente está sob a denominação de Angico Energias Renováveis S.A.

Em 21 de novembro de 2019, através de Assembleia Geral, os sócios da companhia conferem 100% das suas ações para a Companhia Proton Energy Participações S.A. que passa a ser a única sócia da Companhia.

A Companhia possui junto à ANEEL, através da portaria N° 46 de 2 de março de 2016, a seguinte autorização e registro de geração:

<u>UFV</u>	<u>Estado</u>	<u>Cidade</u>	<u>Potência total MW</u>	<u>Garantia física MW médio</u>	<u>Início</u>	<u>Término</u>
Angico	PB	Malta	27	6,7	1º de agosto de 2017	31 de julho de 2037

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 30 de abril de 2020.

a) Contrato de Energia de Reserva – CER

A Companhia firmou, em 13 de abril de 2016, um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de agosto de 2017, ao preço de R\$ 296/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA.

2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 23. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019:

(a) ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro

A interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração na CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro.

Se a Companhia concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a Companhia deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não usados) taxas de imposto e assim por diante. A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza.

A aplicação dessa interpretação não trouxe impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

(b) O CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil (vigente a partir de 1º de janeiro de 2019)

Introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos nas demonstrações financeiras de arrendatários. A aplicação dessa interpretação não trouxe impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2), as Companhias reconhecem os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(i) Vida útil econômica de ativos não financeiros

Conforme o OCPC 05 - Contratos de Concessão, para os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei n.º 10.848/04, que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão.

A administração reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base no menor prazo entre a concessão e as vidas úteis estimadas de cada bem.

(ii) Conta de Ressarcimento – CCEE

A Conta de ressarcimento – CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais. A administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

(iii) Valor justo do passivo de arrendamento

No reconhecimento inicial os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento são remensurados se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento.

4. Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia teve as suas atividades operacionais iniciadas no exercício de 2018, e desde então implementou a gestão de riscos com o objetivo de auxiliar o acompanhamento e o cumprimento das suas metas, e garantir sua liquidez financeira.

Na estrutura de governança, o Diretor da Companhia, o Comitê administrativo e os Controladores acompanham a execução das operações e definem em conjunto as metas da Companhia.

Seque o mapeamento dos riscos, classificados por sua relevância, sendo os mais relevantes listados a seguir:

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- a. Riscos operacionais:** relacionados à eficiência operacional dos ativos e disponibilidade dos sistemas

Plano de Ação: a operação do empreendimento já está contratada e no respectivo contrato constam as devidas coberturas para eventuais riscos operacionais, igualmente para fins ambientais. Além disto, internamente a Companhia mantém o gerenciamento diário da operação e manutenção da Usina Fotovoltaica Angico.

- b. Riscos de mercado:** taxa de câmbio, inflação e taxas de juros;

Plano de Ação: nesta fase de operação e manutenção do empreendimento, já estão contratados todos os prestadores de serviços e seguros necessários, e não existe necessidade e nem previsão de contratação de empréstimos e novos financiamentos, não gerando risco de exposição a taxas de câmbio, juros, entre outros.

- c. Risco de liquidez:** relacionado ao cumprimento de obrigações financeiras.

O cumprimento das obrigações junto aos fornecedores e cliente, possuem garantia ativa, capital próprio já foi 100% aportado, e as parcelas de financiamento do empreendimento junto ao banco já foi concluído, valor suficiente para quitação do saldo das obrigações dos Contratos de Implantação do empreendimento. Além disto, a Companhia possui receita fixa mensal suficiente para o pagamento de todas as obrigações previstas em seu fluxo de caixa.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de três anos
Em 31 de dezembro de 2019			
Empréstimos e financiamentos	3.398	4.585	72.091
Fornecedores	4.339		
Partes relacionadas	140		
Arrendamentos	153	142	2.405
Em 31 de dezembro de 2018			
Empréstimos e financiamentos	335	2.102	62.755
Fornecedores	13.476		
Partes relacionadas	1.034		

- d. Risco regulatório:**

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2 Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não houve a emissão de notas promissórias bem como operações com derivativos.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Total dos empréstimos	80.075	65.192
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(11.764)	(4.832)
(-) Caixa restrito	(2.570)	(1.964)
Dívida líquida (a)	65.741	58.396
Total do patrimônio líquido	<u>57.565</u>	<u>48.934</u>
Total do capital (b)	<u>123.306</u>	<u>107.330</u>
Índice de alavancagem financeira - % (a / b)	<u>53,32</u>	<u>54,41</u>

Estimativa do valor justo

A Companhia não possui ativos ou passivos mensurados a valor justo. Entretanto, pressupõe-se que os saldos de caixas e equivalentes de caixa, as contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos as eventuais perdas (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

5. Instrumentos financeiros por categoria

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Mensurados ao custo amortizado		
<u>Ativos</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	11.764	4.832
Caixa restrito	2.570	1.964
Contas a receber	4.381	2.205
Partes relacionadas	5.348	
	<u>24.063</u>	<u>9.001</u>
<u>Passivos</u>		
Empréstimos e financiamentos	80.075	65.192
Fornecedores	4.339	13.476
Partes relacionadas	140	1.034
	<u>84.554</u>	<u>79.702</u>
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Arrendamentos a pagar	2.700	
	<u>2.700</u>	

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa	4	4
Bancos conta movimento (i)	9	1.454
Aplicações financeiras (ii)	<u>11.751</u>	<u>3.374</u>
	<u>11.764</u>	<u>4.832</u>

- (i) O saldo de recursos em banco e em caixa compreende depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato.
- (ii) As aplicações financeiras são referentes a Fundos de Investimento mantidos junto ao BNB e CONTAMAX mantido junto ao Banco Santander, ambos indexados pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Podem ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa, sem penalidade de juros e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. Os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia. A taxa de remuneração da aplicação do Banco BNB de curto prazo em 2019 é de 98% do CDI. A taxa média de remuneração da aplicação do Banco Santander de curto prazo em 2019 é de 5% do CDI.

7. Caixa restrito

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Banco do Nordeste do Brasil S.A	<u>2.570</u>	<u>1.964</u>
	<u>2.570</u>	<u>1.964</u>

A aplicação financeira, classificada no ativo não circulante, com resgate restrito, correspondente a uma conta reserva exigida pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. como garantia de financiamento contratado. Os recursos estão aplicados em Fundo de Investimento indexado pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). A taxa de remuneração da aplicação em 2019 é de 98% do CDI.

8. Contas a receber

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita contratual - Câmara de Comércio de Energia CCEE (i)	4.334	2.205
Get Comercializadora de energia	<u>47</u>	<u> </u>
	<u>4.381</u>	<u>2.205</u>

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Refere-se ao registro do contrato de fornecimento de energia firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, recebido em um prazo médio de 24 dias. O saldo em 31 de dezembro de 2019 refere-se a receita contratual de energia de reserva do mês dezembro de 2019 no valor de R\$ 2.178, a diferença entre a receita contratual e a receita entregue dos meses de agosto, setembro, outubro e novembro no montante de R\$ 1.822 e ao saldo da energia PLD – Preço de Liquidação das Diferenças – no montante total de R\$ 334. Os saldos em 31 de dezembro de 2019 foram liquidados em janeiro de 2020.

A Companhia não registrou Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) sobre o montante, tendo em vista que as faturas foram emitidas no mês de dezembro e os vencimentos são no mês subsequente, bem como não há expectativa de perda futura em virtude do histórico de pagamento ou risco de crédito do cliente.

9. Despesas antecipadas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Seguros a apropriar	164	79
Despesas com pessoal a apropriar		<u>4</u>
	<u>164</u>	<u>83</u>

10. Partes relacionadas

<u>Ativo</u>	<u>2019</u>
Malta Energias Renováveis S.A. (i)	<u>5.348</u>
	<u>5.348</u>

- (i) O saldo dessa conta refere-se a transferências entre as Companhias Malta Energias Renováveis SA e Angico Energias Renováveis SA, para pagamento de valores provenientes do contrato com a Companhia WEG Equipamentos. Contrato único e comum das duas Companhias em virtude da construção e montagem das Usinas Fotovoltaicas, Subestação e Linha de Transmissão, no mesmo local.

<u>Passivo</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Conta corrente pessoas ligadas (i)		1.034
Proton Energy Participações (ii)	140	
	<u>140</u>	<u>1.034</u>
Passivo circulante	140	
Passivo não circulante		1.034

- (i) Refere-se a transferência com Malta Energias Renováveis Ltda., Companhia do mesmo grupo econômico para quitação do contrato da Companhia WEG equipamentos, em que ambas são responsáveis.
- (ii) Saldo desta conta refere-se a reembolso de despesas de 2019 pagos em janeiro e março de 2020.

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Imobilizado

	<u>Gerador Fotovoltaico (i)</u>	<u>Imobilizado em andamento</u>	<u>Direito de uso de arrendamento (ii)</u>	<u>Equipamentos de informática</u>	<u>Móveis e Utensílios</u>	<u>Outras máquinas e equipamentos</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2018							
Saldo inicial		20.688		15			20.703
Aquisições		102.779		18	5	52	102.854
Transferências	123.467	(123.467)					
Depreciação	(951)			(6)		(2)	(959)
Saldo contábil, líquido	<u>122.516</u>	<u></u>	<u></u>	<u>27</u>	<u>5</u>	<u>50</u>	<u>122.598</u>
Em 31 de dezembro de 2018							
Custo	123.467			33	5	52	123.557
Depreciação acumulada	(951)			(6)		(2)	(959)
Saldo contábil, líquido	<u>122.516</u>	<u></u>	<u></u>	<u>27</u>	<u>5</u>	<u>50</u>	<u>122.598</u>
Em 31 de dezembro de 2019							
Saldo inicial	122.516			27	5	50	122.598
Aquisições	1.906		2.754				4.660
Transferências							
Depreciação	(3.808)		(95)	(7)	(1)	(5)	(3.916)
Saldo contábil, líquido	<u>120.614</u>	<u></u>	<u>2.659</u>	<u>20</u>	<u>4</u>	<u>45</u>	<u>123.342</u>
Em 31 de dezembro de 2019							
Custo	124.422		2.754	27	5	50	127.258
Depreciação acumulada	(3.808)		(95)	(7)	(1)	(5)	(3.915)
Saldo contábil, líquido	<u>120.614</u>	<u></u>	<u>2.659</u>	<u>20</u>	<u>4</u>	<u>45</u>	<u>123.342</u>
Taxa de depreciação	3,08%		347 meses	20%	10%	10%	

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Referem-se aos geradores fotovoltaicos que estão sendo depreciados com a taxa de 3,08% de acordo com o prazo de outorga da ANEEL que compreende o período de 2 de março de 2016 a 2 de março de 2051 a contar do início da operação da usina que ocorreu em setembro de 2018. Em dezembro de 2019 foram contabilizados complementos dos geradores fotovoltaicos que estão sendo depreciados a taxa de 3,19% para que se cumpra o mesmo prazo de outorga da Aneel.
- (ii) Trata-se do direito de uso decorrente dos contratos de arrendamento de terrenos onde está instalado o parque eólico. Os montantes registrados no ativo de direito de uso são amortizados pelo prazo de 347 meses previsto no contrato de arrendamento.

12. Fornecedores

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Travelers Seguros		52
Tokio Marine S.A.	109	
Weg Equipamentos Elétricos S/A (i)	4.215	13.401
Outros	15	23
	<u>4.339</u>	<u>13.476</u>

- (i) Saldo a pagar referente principalmente a construção da Usina. Foi realizada quitação parcial em fevereiro/2019 e a sua quitação está prevista para acontecer no primeiro semestre de 2020. Em paralelo será realizada a emissão do Certificado de Aceitação do Empreendimento, conforme consta no Contrato de EPC junto a WEG Equipamentos Elétricos S/A. Os recursos provenientes da última parcela de financiamento suportam a quitação dos valores em aberto em 31 de dezembro de 2019, e a receita mensal com geração de energia proveniente do Contrato de comercialização de energia elétrica (CCEE), suportamos custos de operação e manutenção da usina.

13. Empréstimos e Financiamentos

	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Financiamento Banco do Nordeste	1.740	84.735		86.476
(-) Financiamento a receber		(4.500)		(21.619)
	1.740	80.235		64.857
Juros s/Financiamento Banco do Nordeste	5.207	42.794	4.094	48.002
(-) Juros a Apropriar	(4.406)	(42.794)	(3.759)	(48.002)
	801		335	
Comissão de Fiança	1.077			
(-) Comissão de fiança a apropriar	(219)	(3.559)		
Total financiamento	<u>3.398</u>	<u>76.676</u>	<u>335</u>	<u>64.857</u>

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2018, a Companhia captou junto ao BNB recursos no montante de R\$ 86.476 para financiamento da construção da usina solar fotovoltaica, à taxa de juros de 5,55% a.a. Até 31 de dezembro de 2019, a Companhia recebeu a título de liberação por parte da instituição financeira o total de R\$ 81.976.

O principal da dívida será pago em 216 parcelas mensais a partir de 15 de junho de 2020, com vencimento final em 15 de maio de 2038. Durante o período de carência, fixado em 24 meses, com início em 27 de abril de 2018 e término em 15 de maio de 2020, serão pagos juros em base trimestral. Em 2019 foram pagos R\$ 3.117(R\$ 3 em 2018) a título de juros de carência.

Os montantes de não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<u>2019</u>
2021	4.585
2022	4.585
2023	4.585
A partir de 2024	<u>62.921</u>
	<u>76.676</u>

Garantias financeiras

A garantia oferecida para pagamento da dívida é representada por um Contrato firmado como “Instrumento Particular de Prestação de Fiança e Outras Avenças” no qual são bens vinculados em alienação fiduciária de equipamentos em garantia e cessão fiduciária e vinculação de direitos creditórios decorrentes da receita fixa. A garantia contratada é correspondente ao valor total de financiamento contratado junto ao BNB – Banco do Nordeste do Brasil.

A Companhia não tem contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”), relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, ou a qualquer outro item financeiro como geração de caixa e outros.

Reconciliação da dívida líquida:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Empréstimos de curto prazo	3.398	335
Empréstimos de longo prazo	<u>76.676</u>	<u>64.857</u>
Total da dívida	<u>80.075</u>	<u>65.192</u>
Caixa e equivalentes de caixa	(11.764)	(4.832)
Títulos e valores mobiliários	<u>(2.570)</u>	<u>(1.964)</u>
Dívida líquida	<u>65.741</u>	<u>58.396</u>

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Empréstimos bancários</u>	<u>Caixa e equivalentes</u>	<u>Caixa restrito</u>	<u>Dívida líquida</u>
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2018	65.192	(4.832)	(1.964)	58.396
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa				
Liberação de empréstimos	17.119			17.119
Apropriação de juros	3.582			3.582
Pagamento de juros	(3.117)			(3.117)
Comissão de fiança	(2.701)			(2.701)
Outras		(6.932)	(606)	(7.538)
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2019	<u>80.075</u>	<u>(11.764)</u>	<u>(2.570)</u>	<u>65.741</u>

14. Passivos de arrendamento

Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou as diretrizes do CPC06 (R2) - “Operações de Leasing”, que determina o reconhecimento, a partir da data da transição, do direito de uso do ativo arrendado e o passivo por pagamentos futuros de todos os contratos ou operações de arrendamento mercantil com as mesmas características de um arrendamento mercantil e que inclui o direito de controlar e obter benefícios sobre o uso de um ativo identificado específico, a menos que sejam enquadrados por algum tipo de isenção.

Em 1º de dezembro de 2017 a Companhia celebrou contrato de locação reconhecido como operação de arrendamento mercantil cujo prazo é de 30 anos (dezembro de 2017 a dezembro de 2047). O contrato possui cláusula de atualização monetária anual do valor do aluguel, com base no índice de preços ao consumidor amplo (IPCA).

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais dos contratos de arrendamento da Companhia de 3,75% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

	<u>2019</u>
Composição dos arrendamentos a pagar	
Adições contratos de arrendamento a partir de 01/01/2019	2.754
Pagamentos do exercício	(156)
Juros apropriados sobre arrendamentos	<u>102</u>
Total arrendamentos a pagar em 31/12/2019	<u>2.700</u>
Passivo circulante	153
Passivo não circulante	2.547
Resultado de arrendamento de contratos	
Amortização de direito de uso	95
Juros apropriados sobre arrendamentos	<u>156</u>
Total dos efeitos com a aplicação da norma CPC 06	251

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os montantes de não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<u>2019</u>
2021	142
2022	137
2023	132
A partir de 2024	<u>2.136</u>
	<u>2.547</u>

15. Obrigações tributárias

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
PIS - Programa de integração social a recolher	48	29
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social a recolher	224	135
Pis/Cofins/CSLL retido na fonte a recolher	24	38
CSLL - Contribuição social sobre o lucro líquido a recolher	71	44
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica a recolher	107	63
IRRF – Imposto de renda retido na fonte a recolher	39	24
CSLL - Contribuição social sobre o lucro líquido retido na fonte a recolher	18	
ISS – Imposto sobre serviço a recolher	88	
Outros	<u>1</u>	<u>7</u>
	<u>620</u>	<u>340</u>

16. Conta de ressarcimento - CCEE

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Conta de ressarcimento CCEE (i)	<u>795</u>	<u>2.715</u>
Passivo não circulante		<u>(212)</u>
Passivo circulante	<u>795</u>	<u>2.503</u>

- (i) O saldo dessa conta representa o valor acumulado até a presente data, dos ajustes referentes à diferença entre geração de energia entregue, a menor, e recebimento do valor correspondente ao montante de energia do contrato com a CCEE.

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital subscrito da Companhia é de R\$ 60.010, sendo R\$ 52.888 totalmente integralizado e R\$ 7.122 a integralizar, divididos em 60.010 quotas com valor nominal de R\$ 1 cada uma.

A composição do capital da Companhia está composta da seguinte forma, em 31 de dezembro de 2019:

<u>Composição</u>	<u>Participação (%)</u>
Proton Energy Participações S.A.	100,00

Durante o exercício de 2019 não houve aportes de capitais.

b) Destinação do lucro

De acordo com o estatuto da Companhia, do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% (vinte por cento) do capital social.

Do saldo, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

	<u>2019</u>
Lucro líquido	10.088
Compensação dos prejuízos acumulados	<u>(3.955)</u>
Base de cálculo da reserva legal	6.133
Constituição de reserva legal (5%)	<u>(307)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>5.826</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	<u>(1.457)</u>

18. Receita líquida

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita bruta de vendas	22.778	5.930
(-) Pis sobre vendas	(148)	(38)
(-) Cofins sobre vendas	<u>(683)</u>	<u>(178)</u>
Receita líquida	<u>21.947</u>	<u>5.714</u>

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. Custo de operação

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Compra de energia	363	
Depreciação e amortização	3.906	951
Encargos setoriais - TUSD	<u>1.440</u>	<u>396</u>
	<u>5.709</u>	<u>1.347</u>

20. Despesas por natureza

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas administrativas (i)	550	4.772
Arrendamento		147
Serviços de terceiros (ii)	780	1.109
Despesas tributárias	134	92
Despesas com pessoal (iii)	<u>371</u>	<u>1.103</u>
	<u>1.835</u>	<u>7.223</u>

(i) Despesas administrativas:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Aluguel	45	
Energia elétrica, água	1	15
Manutenção e limpeza	49	3
Despesas com veículos	9	7
Refeições e lanches		6
Materiais de escritório	3	2
Conduções e transportes	6	3
Taxas associação de classe	6	2
Depreciações	13	9
Legais e judiciais	78	92
Multas (a)	9	3.730
Comunicação	82	53
Viagens	58	112
Seguros	145	132
Despesas bancárias	5	316
Doações		2
Materiais de Informática	11	16
Despesas diversas	<u>30</u>	<u>272</u>
	<u>550</u>	<u>4.772</u>

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Referem-se as penalidades contratuais reconhecidas no exercício decorrentes das diferenças entre a energia contratada e a energia efetivamente gerada e entregue à CCEE.

(ii) Serviços de terceiros:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Honorários advocatícios	126	224
Honorários de auditoria	21	2
Honorários de contabilidade	229	79
Serviço de recrutamento e seleção	41	
Serviços prestados pessoa física	0	18
Serviços prestados pessoa jurídica	363	786
	<u>780</u>	<u>1.109</u>

(iii) Despesas com pessoal:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Salários (b)	445	633
13º salário		70
Férias (a)	(77)	95
INSS (a)	(22)	200
FGTS (a)	(6)	55
Assistência médica (b)	15	6
Vale refeição (b)	16	40
Vale Transporte		3
Outras despesas com pessoal		1
	<u>371</u>	<u>1.103</u>

(a) Valores credores referente transferência de funcionário para Companhia Proton Energy Participações S.A. em janeiro de 2019.

(b) Valores apropriados conforme rateio de despesas da sócia Proton Energy Participações S.A.

21. Resultado financeiro

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Rendimento com aplicação financeira	271	216
Despesas com financiamento	(219)	
Juros passivos	(3.585)	
Despesas financeiras com arrendamento	(102)	(1)
Resultado financeiro, líquido	<u>(3.635)</u>	<u>215</u>

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia está enquadrada no lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social foram calculados aplicando-se a presunção de 8% e 12% respectivamente sobre o faturamento e em seguida aplicado o percentual de 15% e 10% adicional para o IRPJ e de 9% para CSLL.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita bruta de vendas (i)	20.244	3.362
Presunção imposto de renda – 8%	1.619	269
Receitas financeiras	237	185
Base de cálculo IRPJ	1.856	454
Imposto de renda: 15%	278	68
Adicional do imposto de renda: 10%	<u>162</u>	<u>30</u>
Total de IRPJ (ii)	440	98
Presunção contribuição social – 12%	2.429	403
Receitas Financeiras	237	185
Base de cálculo CSLL	2.666	588
Contribuição social: 9% (iii)	<u>240</u>	<u>53</u>
Imposto de renda e contribuição social (ii) + (iii)	<u>680</u>	<u>151</u>

- (i) A apuração do imposto de renda e contribuição social é realizada pelo regime de caixa. Desta forma, o valor da receita bruta apresentada difere do total apresentado na Nota Explicativa 18.
- (ii) Para cálculo das receitas financeiras foi utilizada os rendimentos de aplicação financeira apenas sobre os valores resgatados (regime caixa). Desta forma o valor difere da receita financeira apresentada na DRE.

Seção D - Políticas contábeis

23. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

23.2 Ativos financeiros

23.2.1 Classificação

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- . Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- . Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida como a seguir:

- . Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

23.2.2 Impairment

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

23.2.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

23.3 Contas a receber

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas pela valorização da energia fornecida, em MWh, pela tarifa vigente do Contrato de Energia de Reserva – CER (Nota 1). Caso a energia fornecida seja inferior à energia contratada no período de apuração do Contrato de Energia de Reserva - CER, o valor excedente recebido é registrado como adiantamento de clientes.

23.4 Caixa restrito

Conta corrente constituída exclusivamente em garantia do BNB, não movimentável até a liquidação dos respectivos contratos.

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas base das demonstrações financeiras

23.5 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

A Resolução Normativa nº 474 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), de 7 de fevereiro de 2012, e estabelece novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico– MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa n. 367, de 2 de junho de 2009.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 474 em vigor desde 7 de fevereiro de 2012.

Alguns bens do ativo possuem vida útil superior ao prazo de autorização e, portanto, ao término de 30 (trinta) anos de exploração do serviço, esses bens ainda terão valor residual não depreciado.

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

23.6 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

23.7 Provisão para desmobilização

A administração da Companhia entende não ser aplicável e nem necessário reconhecer provisão para os custos de desmobilização na demonstração financeira de 31 de dezembro de 2019, em função do contrato de arrendamento estabelecer que a decisão da desmobilização é por parte da arrendatária. Adicionalmente, a Companhia já considera em seu fluxo operacional a manutenção e o emprego de dispêndios necessários capazes de manter o parque operando por prazos superiores ao contratual estabelecido e entende que o valor remanescente estimado dos ativos de operação ser substancial e os custos observados no grupo para encerramento das atividades e/ou desmobilização desses ativos ao final do prazo contratual de operação ser relativamente baixo.

23.8 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

23.9 Arrendamentos operacionais

A partir de 1º de janeiro de 2019 a Companhia adotou o CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil. A norma estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. A Companhia definiu uma equipe para o projeto que revisou todos os contratos de arrendamento durante o ano 2018 em face das novas regras contábeis. A norma afetou, em especial, a contabilização dos arrendamentos operacionais referentes aos terrenos nos quais estão as instalações do seu parque solar.

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A Companhia aplicou a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades estão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso estão mensurados ao valor do passivo de arrendamento no momento da adoção (ajustado em relação a quaisquer despesas de arrendamento pagas antecipadamente ou acumuladas).

Tais contratos serão remensurados nos seus respectivos reajustes contratuais.

23.10 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

23.11 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando (i) a Companhia possui uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

23.12 Conta de Ressarcimento – CCEE

A Conta de ressarcimento – CCEE refere-se às diferenças entre o valor cobrado e o valor de energia elétrica efetivamente gerada. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada, conforme abaixo:

Refere-se a diferença entre a energia entregue pela Usina e a energia contratada (através do Contrato de Comercialização de Energia – CER). Na data de fechamento anual (mês de agosto), a CCEE apura a quantidade de energia entregue pela Usina no ano e diminui da quantidade contratada com a Usina, através do CER.

Se a diferença for negativa, ou seja, se a Usina naquele ano entregou uma quantidade de energia menor do que o contratado, no ano imediatamente seguinte ela irá devolver para a CCEE a diferença corrigida conforme Contrato através de desconto nas próximas parcelas mensais da Receita Fixa.

23.13 Capital social

O capital social da Companhia é composto por ações.

23.14 Reconhecimento da receita

A partir de 10 de janeiro de 2018 a Companhia adotou o CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes", essa nova norma trouxe os princípios que uma entidade deve aplicar para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios.

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Como a Companhia só entrou em operação em 2018, a mesma já iniciou o reconhecimento de receita com base no CPC 47, o que incluiu a avaliação dos cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, quais são: (i) Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes; (ii) Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato; (iii) Determinar o preço de cada tipo de transação; (iv) Alocar o preço às obrigações contidas nos contratos; e (v) Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos. A Companhia reconhece a receita quando o “controle” dos serviços de uma determinada operação é transferido ao cliente.

(a) Fornecimento de energia elétrica

A Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado.

23.15 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia está registrada no lucro presumido. Dessa forma, o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o Lucro Presumido calculado sobre a alíquota de presunção de 32% sobre a receita bruta auferida com a venda de energia; acrescida dos rendimentos de aplicações financeiras e as receitas e os ganhos de capital, não decorrentes da atividade operacional da pessoa jurídica, mais adicional de 10% sobre a base de cálculo do imposto ajustada que exceder a R\$ 60.000 trimestrais, perfazendo R\$ 240.000 anuais. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o Lucro Presumido calculado sobre a alíquota de presunção de 32% mais os acréscimos previstos na forma da legislação vigente.

24. Seguros (não auditado)

As coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2019 foram contratadas pelos montantes a seguir indicados:

<u>Ramos</u>	<u>Importâncias seguradas</u>
Riscos operacionais	118.532
Lucro cessante	26.022
Responsabilidade civil	10.000

25 Eventos subsequentes

Ao final do exercício de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) reportou globalmente casos limitados de contaminação por vírus até então desconhecido. Posteriormente, em janeiro de 2020, o vírus (COVID-19) foi identificado e constatou-se a ocorrência de transmissão entre humanos. Em meados de março de 2020, a OMS declarou alerta de pandemia do novo coronavírus, afetando a rotina da população e da atividade econômica global.

A Companhia entende que o seu balanço patrimonial, o resultado de suas operações e seus fluxos de caixa não serão afetados de forma relevante tendo em vista possuir contratos de concessão de longo prazo, em razão do status de pandemia do novo coronavírus. Entretanto, dado o atual momento, não foi possível mensurar o impacto de forma segura.

* * *